

CIDADE PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

Paisagem urbana, histórico-cultural e socioeconômica de Lima, Peru

Janaina Cardoso de Mello¹

Artigo recebido em: 07/02/2022.

Artigo aceito em: 01/08/2022.

RESUMO:

As candidaturas ao título de Patrimônio Mundial na Unesco, contendo uma riqueza de detalhes históricos, culturais, arquitetônicos, geográficos e socioeconômicos oportunizam identificar os processos de desenvolvimento da qualidade de vida e/ou exclusão dos grupos sociais residentes. Uma pesquisa com documentação complementar e visitas técnicas às localidades permite traçar o desenvolvimento das áreas urbanas patrimonializadas contribuindo para uma reflexão de acertos e desencontros nas ações de instituições de gestão e fomento desses espaços. Assim, o recorte espacial abrange o estudo de caso do centro histórico de Lima (Peru), reconhecido como patrimônio histórico da Humanidade em 1991 pela Unesco.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade-patrimônio; Lima; Urbanização; Memória; Esquecimento.

WORLD HERITAGE CITY: urban, historical-cultural, and socioeconomic
landscape of Lima, Peru

ABSTRACT:

The applications for the title of World Heritage in UNESCO, including a wealth of historical, cultural, architectural, geographical, and socioeconomic details provide opportunities to identify the processes of development of quality of life and/or exclusion of resident social groups. Research with complementary documentation and technical visits to localities allows to trace the development of patrimonialized urban areas contributing to a reflection of successes and mismatches in the actions of institutions of management and promotion of these spaces. Thus, the spatial

¹ Doutora em História Social (UFRJ); Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (DHI-UFS) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFS); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4347504450030175>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5060-0691>; E-mail: janainamello.ufs@gmail.com. Pesquisadora do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET-UFS/CNPq), do Laboratório de Humanidades Digitais e Documentação Terminológica (LADOC - UFS/CNPq) e do NUPEP - Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas Múltiplas Dimensões (UFRRJ/CNPq).

section covers the case study of the historical center of Lima (Peru), recognized as a world heritage site in 1991 by UNESCO.

KEYWORDS: Heritage-city; Lima; Urbanization; Memory; Oblivion.

1. Introdução

O ano de 2021 celebrou um decênio da “Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana”, chancelada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Paris, e duas décadas do Programa Cidades Patrimônio da Humanidade. Ambas as iniciativas têm seu nascedouro nas premissas da preservação do patrimônio e gestão das cidades históricas, tendo em vista seu registro, conservação, restauro, divulgação e ensino, fruição turística com base na Economia Criativa, atualização tecnológica digital e sustentabilidade socioambiental.

A preocupação da UNESCO com essa ordem das coisas recebe maior visibilidade com a adoção da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972, cujo objetivo fundamental configura-se na proteção dos bens patrimoniais dotados de um valor universal excepcional.

A criação do Comitê do Patrimônio Mundial e do Fundo do Patrimônio Mundial, em 1976, seguiu os ditames da Convenção, e favoreceu as primeiras inscrições de bens na Lista do Patrimônio Mundial a partir de 1979. Essa iniciativa e a obtenção da titularidade têm contribuído para o desenho de políticas públicas com algum impacto sobre a população dessas localidades. Identificar as metas e resultados dos planejamentos realizados, bem como os benefícios e prejuízos advindos destes pode auxiliar na revisão crítica das ações, ajustando procedimentos na proposição de adequações e melhorias à qualidade de vida dos residentes em “cidades-patrimônios” latino-americanas.

Até julho de 2021, a Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO era composta por 1.154 sítios, dos quais 897 são culturais, 218 são naturais e 39 são mistos (nesta subdivisão, há 40 sítios transnacionais e 52 estão na Lista de Perigo

entre culturais, naturais e mistos) e 3 foram retirados da Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2021).

A análise das candidaturas de espaços inscritos ao título de Patrimônio Mundial na lista da Unesco, por conter uma riqueza de detalhes históricos, culturais, arquitetônicos, geográficos e socioeconômicos, também oportuniza identificar, ao lado das questões da preservação da memória, os processos de desenvolvimento da qualidade de vida e/ou exclusão dos grupos sociais residentes. Uma cuidadosa pesquisa com documentação complementar e visitas técnicas às localidades permite traçar o desenvolvimento das áreas urbanas patrimonializadas contribuindo para uma reflexão dos acertos e desencontros nas ações de instituições de gestão e fomento desses espaços.

Sob esse aspecto, o recorte espacial abrange o estudo de caso do centro histórico de Lima (Peru), a “cidade dos reis” até meados do século XVIII, tendo sido um dos redutos mais importantes da colonização espanhola na América naquele momento. No século XX, nas décadas de 60 e 70, houve uma modernização arquitetônica da região seguida de um quadro de deterioração, abandono e riscos, principalmente com o aumento da circulação de veículos. Com o reconhecimento pela Unesco do Convento de San Francisco, em 1988, e depois ampliação para o centro histórico como Patrimônio da Humanidade, em 1991, principalmente em razão do Damero de Pizarro (traçado de fundação original da cidade), a Ordenanza N° 062/1994 definiu parâmetros para a gestão e preservação dos monumentos históricos ali concentrados.

As referências bibliográficas sobre o Peru e a capital Lima foram levantadas majoritariamente em literatura internacional publicada por editoras universitárias norte-americanas ou peruanas. As universidades de Pittsburgh, Nebraska, Pennsylvania, Oxford e Stanford mantêm centros de estudos e pesquisas latino-americanos que têm produzido desde a década de 1970 inúmeros trabalhos relevantes para a análise dos cenários limenhos no campo das Ciências Humanas. Ainda a Universidad Nacional Mayor de San Marcos e a Universidad de San Martín

de Porres, vinculada à Cátedra Unesco, vêm apresentando inúmeras publicações de fôlego sobre a cultura peruana e a paisagem urbana de Lima. Ainda são importantes os relatórios anuais e compêndios divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática do Peru (INEI) com mapeamentos demográficos, monitoramento dos índices de pobreza e inflação, indicadores de emprego e renda no país.

O recorte cronológico do artigo compreende as datas de titulação pela Unesco de Lima até o final do ano de 2019, anterior aos impactos da pandemia de Covid19. Nesse sentido, o ano de 2019 também é um importante delimitador devido a visita técnica realizada no espaço pesquisado e a execução metodológica de uma etnografia de percurso, anterior às regras de fechamento sanitário e isolamento social.

2. Lima “cidade milenária”, instabilidade política e gentrificação

Lima foi fundada por Francisco Pizarro, em 1535, como *Ciudad de los Reyes* durante a conquista colonial espanhola sobre terras e povos dos vales andinos localizadas no continente americano (KLARÉN, 2000). A capital do Peru, encontra-se situada entre os vales dos rios Chillón, Rímac e Lurín, na parte central do litoral peruano, com vista para o Oceano Pacífico. Com o porto marítimo de El Callao, forma uma área urbana contígua conhecida como Região Metropolitana de Lima (HIGGINS, 2005, p. 2). Sua população alcançava 8 milhões 567 mil e 786 habitantes no censo de 2017. É a região metropolitana mais populosa do Peru e a terceira maior cidade da América Latina (INEI, 2018, p. 23).

A ocupação pré-hispânica, todavia, que conformou assentamentos nesses espaços foi realizada há pelo menos 2 milênios pelas culturas Maranga e Lima, esta última confirmando o nome da cidade, à despeito da nomenclatura imposta por Pizarro (HIGGINS, 2005, p. 20-22). As *huacas* (lugares cerimoniais sagrados das culturas ancestrais andinas) hoje constituem os inúmeros sítios arqueológicos urbanos preservados em meio à especulação imobiliária. No século XV os

territórios Maranga e Lima foram incorporados ao Império Inca que sucumbiria ao domínio espanhol posteriormente (KLARÉN, 2017, p. 9).

Entre os séculos XVII e XIX, Lima foi marcada por diversos fatos que atuaram em constantes alterações da paisagem urbana: invasões de corsários, que incidiram na construção de muralhas cercamento para proteção; terremotos² destruidores de grande parte da cidade (1746, 1868); recessões econômicas e corrupção governamental gerando grande insatisfação popular. Em 1821, foi proclamada a Independência do Peru com a incursão do general San Martín e suas tropas à cidade. Tornou-se assim sede do governo do libertador e sede também do Congresso constituinte (HIGGINS, 2005, p. 9-10).

A nova república, controlada pelas elites oligárquicas de descendentes de espanhóis nascidos no Peru (*criollos*), buscou imitar o estilo europeu e com isso suplantar da paisagem urbana as heranças indígenas dos povos originários andinos. A exploração dos recursos primários e trabalhadores peruanos permitiu o enriquecimento desses grupos e a conformação de uma cidade que se pretendia europeia ocasionando profundas exclusões e confrontos étnicos que se prolongaram ao longo do tempo (ALBÓ, 2004, p. 19).

Assim, a história republicana foi marcada por guerras civis com recorrente destruição da cidade e ao final do oitocentos, houve a invasão de tropas chilenas com saques e incêndios. A terceira guerra civil peruana, entre 1894 e 1895, liderada por Nicolás de Piérola (que assumiu a presidência do Peru), gerou mais de mil mortos com corpos em decomposição nas ruas, e consequente epidemia que elevou a mortandade em uma cidade que ainda não possuía um sistema de esgoto ou infraestrutura hospitalar (GUERRA, 1984).

² O primeiro registro de terremoto no Peru data de 1555. A recorrência de terremotos nessa região decorre do choque tectônico entre a placa de Nazca, que avança contra a placa Sul-americana. Em 1970 ocorreu o terremoto mais devastador da história do país, vitimando entre 66 mil e 80 mil pessoas, destruindo a cidade de Huaraz (que perdeu a metade de sua população) e provocando um deslizamento de terra que soterrou e apagou do mapa a cidade de Yungay, na província de Áncash (RÍOS, 1992).

A partir de 1937, Lima inicia seu processo de urbanização de serviços e remodelação de edifícios. Até então a cidade era iluminada por velas e as carroças eram o meio de transporte utilizado. Com a restauração da Casa de Governo e da Casa Civil, edificações deterioradas pelos terremotos, uma nova paisagem começa a ser desenhada. Todavia, as instabilidades políticas e sucessivos conflitos característicos da história peruana à exemplo da guerra com o Equador (1941-1942) impactaram os cofres públicos, paralisando obras e fazendo eclodir revoltas populares manifestadas nos saques aos comércios localizados no centro da cidade, culminando com a decretação de estado de sítio e um saldo de 52 pessoas mortas em confrontos com as forças de repressão policiais (ANNA, 1979, p. 179).

Na década de 1960, o êxodo rural da Serra promoveu o crescimento demográfico massivo em Lima com a expansão urbana descontrolada. A situação de precariedade no campo empurrou os migrantes para a cidade em busca de melhores condições de vida, mas a falta de estrutura impulsionava a miséria e a “favelização” em assentamentos sem pavimentação ou esgoto. Somente em 1963, a cidade incorporou a iluminação elétrica e iniciou a pavimentação das grandes avenidas (SCHÖNWÄLDER, 2002, p. 61-62).

Entre 1970 e 1980, opositores aos governos desencadeiam violentos atentados na cidade, sendo reconhecidos como terroristas e dentre eles, aqueles com maior visibilidade foram o Sendero Luminoso e o Movimento Revolucionário Túpac Amaru. Carros bombas danificaram as estruturas da cidade e promoveram o medo no espaço urbano (MELLO, 2021, p. 94). Muitos peruanos deixaram o país nesse período e inúmeros negócios econômicos locais fecharam suas portas gerando desemprego, greves, pauperização, repressão policial e uma paisagem de degradação. A cidade estava às portas de um colapso e a deterioração do centro histórico era crescente. Apenas em 1991, Lima sofreu mais de 900 ataques terroristas que deixaram 400 mortos. A instabilidade política, os insucessos econômicos e a elevação da inflação na área metropolitana alcançaram índices de 80% de pobreza em sua população residente (CAMERON; MAUCERI, 1997).

Tabela 1: Histórico de Inflações no Peru (1987-1990).

Ano	Taxa de Inflação
1987	14,5%
1988	1.722%
1989	2.775%
1990	7.694%

Fonte: INEI (1995).

Durante o governo o governo de Alberto Fujimori (1990-2000) a economia estagnou, a pobreza aumentou 79% e houve saques a supermercados e pequenas lojas, além da ocupação de Lima por forças militares em incursões repressivas contra opositores ao regime, fossem terroristas, trabalhadores ou universitários (ROBERTS, 1998). Somente em 2001, o Peru reencontrou o caminho da democracia em sua política e Lima obteve sua autonomia.

Esse percurso histórico-político “acidentado” de Lima, entre conflitos políticos e socioeconômicos, perpassa o que Pollak chamou de “enquadramento da memória” a partir de disputas pelo passado, daquilo que se quer salvaguardar e o que se deseja esquecer, conforme os interesses protagonistas nesse processo de memória x esquecimento. A construção de uma “memória comum” requer “a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território” (POLLAK, 1989, p. 9).

A Região Metropolitana de Lima compreende 2.672,28 km², dos quais 825,88 km² (31%) perfazem a cidade e 1.846,40 km² (69%) delimita os arredores da cidade. A área urbana se estende por 60 km de norte a sul e aproximadamente 30

km de oeste a leste. O centro histórico da cidade está localizado a 15 km no litoral do rio Rímac.

O crescimento demográfico e a ocupação desordenada do solo a partir de 1960, fez com que o governo começasse a implementar ações de regularização de propriedade territorial. A figura 1 permite acompanhar as representações de Lima em sua relação tempo/espaço ocupado: 1) em 1920, a cidade começa a se irradiar; 2) já em 1931, tem-se uma “cidade jardim” integrada aos balneários; 3) em 1959, a cidade avança sobre o campo; 4) em 1975, a cidade aparece “estendida como mancha de azeite”; 5) e, finalmente, em 2002, torna-se uma metrópole tentacular (GIRALDEZ; CALDERÓN; PEÑA, 2010, p. 81).

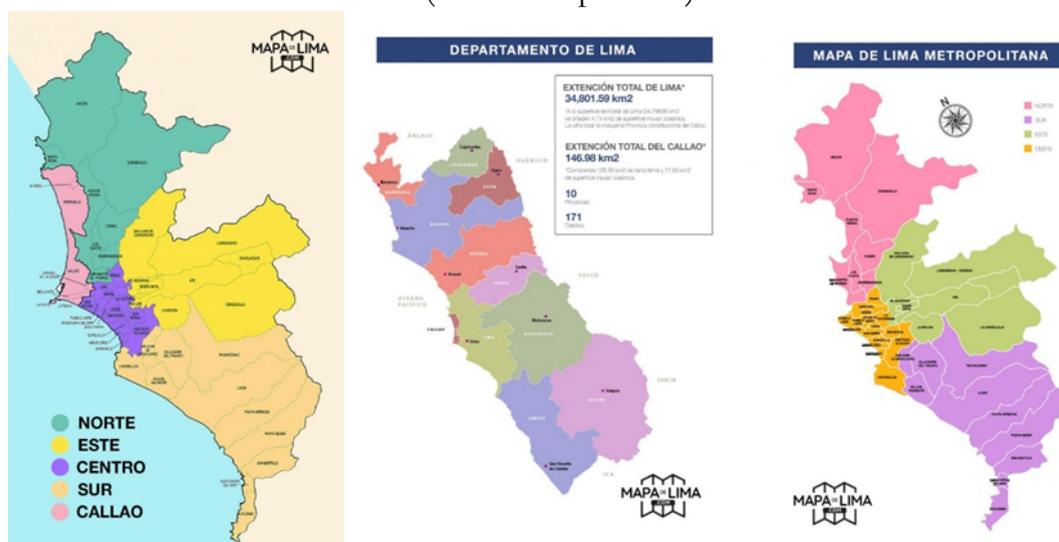
Figura 1: Expansão Territorial de Lima.



Fonte: Giraldez; Calderón; Peña (2010, p. 81).

A cidade é aproximadamente equivalente à Província de Lima, que é subdividida em 43 distritos. O Município Metropolitano tem autoridade sobre toda a cidade, enquanto cada distrito tem seu próprio governo local. Ao contrário do resto do país, o município metropolitano, embora seja um município provincial, atua e tem funções similares às de um governo regional, já que não pertence a nenhuma das 25 regiões do Peru. Cada um dos 43 distritos tem seu próprio município distrital que é responsável por seu próprio distrito e coordena com o município metropolitano (Fig. 2).

Figura 2: Divisões de Lima por regiões, departamentos e distritos (área metropolitana).



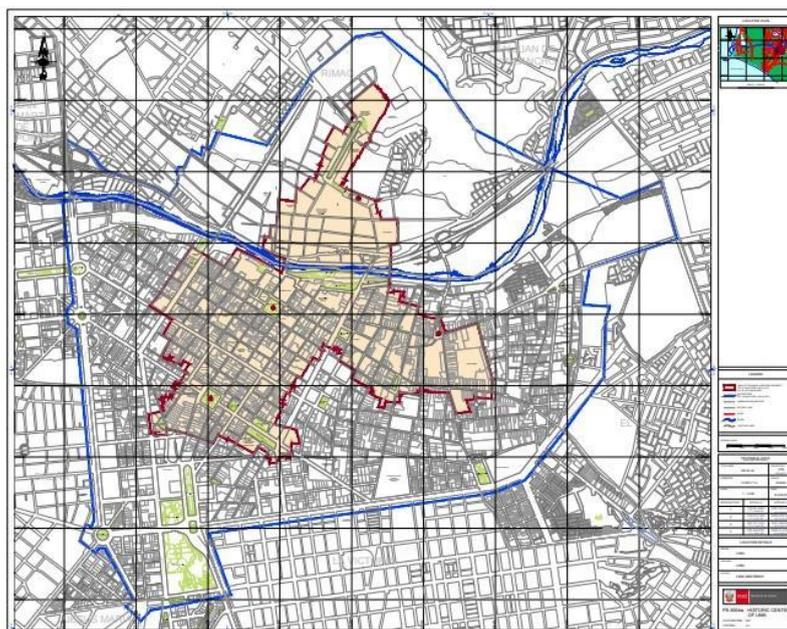
Fonte: Mapa de Lima, 2021.

O centro histórico de Lima, no início do século XX abrigava aproximadamente 150 mil pessoas vivendo em espaços reduzidos, com uma população socialmente heterogênea e realizando os afazeres domésticos e laborais caminhando. Em 1940, com a chegada do bonde elétrico (*tramvia*) e do automóvel houve uma alteração no padrão de mobilidade urbana que permitiu às pessoas morarem em trabalharem em distintos lugares. Disso decorreu o abandono do centro pelas classes altas, sendo o centro ocupado definitivamente por pessoas de baixa renda em 1950 (ZAPATA, 2013, p. 91-92).

Na Lima moderna distritos como Barranco, Jesús María, La Molina, Lince, Magdalena, Miraflores, Pueblo Libre, San Borja, San Isidro, San Miguel, Surco e Surquillo tornaram-se espaços apreciados pela especulação imobiliária, com maior

oferta de serviços, estética paisagística e qualidade de vida, sendo atrativos para 13% da população com maior poder aquisitivo.

Figura 3: Cartografia do centro histórico de Lima



Fonte: Ministério de Cultura do Peru, 2021.

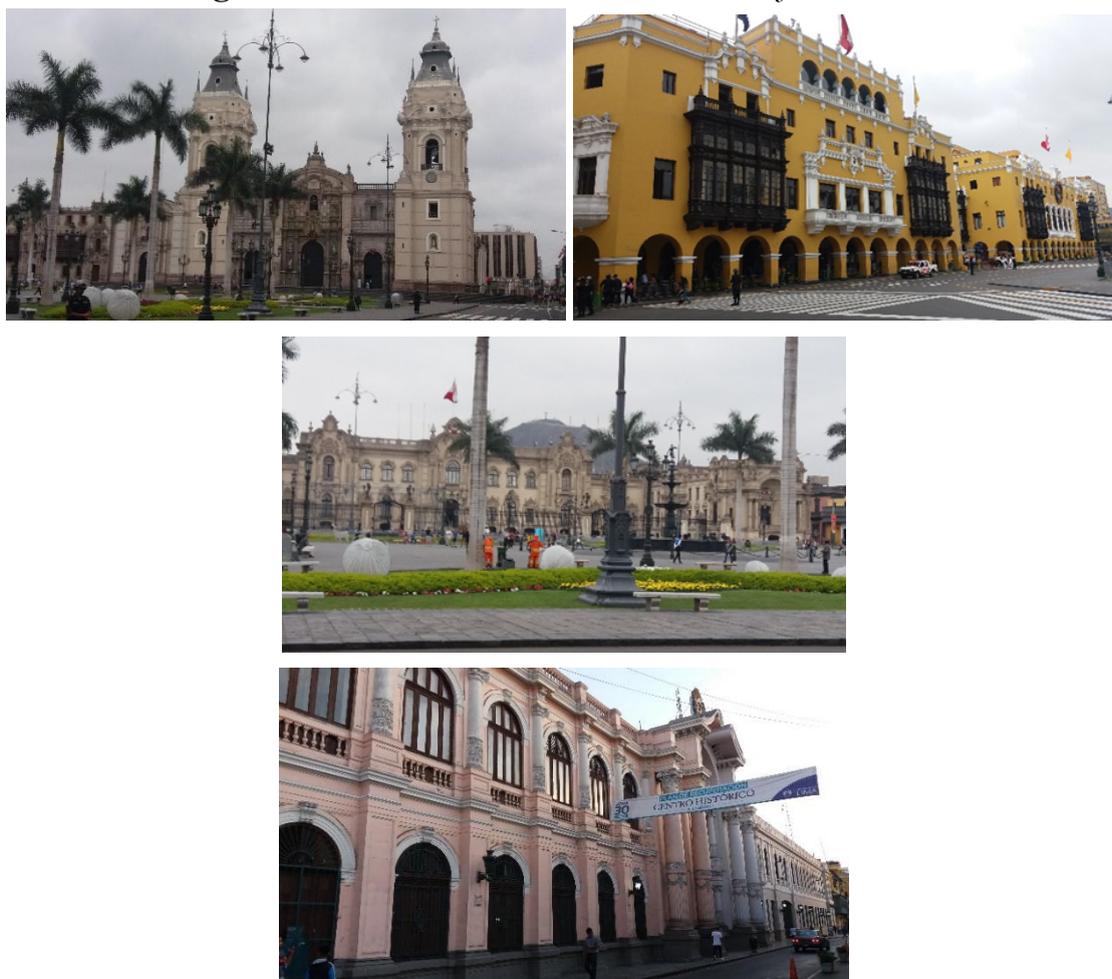
O centro histórico de Lima abriga edificações com arquitetura colonial que incluem a Basílica e Convento de São Francisco de Lima, a Plaza Mayor, a Catedral e o Palácio de Torre Tagle (fig. 3; fig. 4). No distrito central há igrejas dos séculos XVI e XVII, com destaque para a Catedral e o Mosteiro de São Francisco, conectados por catacumbas subterrâneas. Ambos contêm pinturas, telhas de Sevilha e móveis de madeira esculpida. Ressalta-se ainda o Santuário de Las Nazarenas, o ponto de origem do Senhor dos Milagres, cujas festividades no mês de outubro constituem o evento religioso mais importante da cidade.

O atual patrimônio histórico do Centro de Lima é eminentemente colonial (século XVI – 1821) e de inícios da república (século XIX – primeira metade do século XX), embora a ocupação territorial tenha ocorrido em 1.200 anos D.C. Apesar dos sucessivos terremotos e de

vários estragos causados pela Guerra do Pacífico, a morfologia urbana colonial esteve presente até o final do século XIX, quando teve início as alterações modernas influenciadas pela arquitetura e pelo urbanismo franceses (ANDRADE; SOARES, 2013, p. 29).

Na primeira metade do século XX a legislação nacional peruana referia-se ao estatuto público do patrimônio, às proibições e regulamentos relativos à sua posse e aos níveis básicos de proteção, como a proibição de reivindicações mineiras em zonas arqueológicas. Somente em meados do século XX, com o Instituto Nacional da Cultura e, mais recentemente, com a criação do Ministério da Cultura em 2010, tem havido a promoção de políticas de proteção e promoção do patrimônio de modo orgânico e tecnicamente apoiadas (CUADROS, 2018, p. 47).

Figura 4: Centro Histórico de Lima, *Pueblos Jóvenes* e Rio Rímac.





Fonte: Fotos de autoria própria (2019).

Ao mesmo tempo esse espaço urbano com edificações do período colonial e contemporâneo conviveu com a ocupação irregular de terrenos, tendo em vista a falta de acesso da população de baixa renda às políticas habitacionais, mesmo de moradias populares das décadas de 1930 e 1950. Aqueles que não se enquadravam nos requisitos de financiamento bancário ocupavam as encostas, terra do Estado, entravam em conflito com as forças da ordem, negociavam sua permanência em espaços sem fornecimento de água, eletricidade, pavimentação, sem esgotamento sanitário. Formavam-se cada vez mais *barriadas* ou *pueblos juvenes* (favelas) com a

cumplicidade do governo que extinguiu os programas de unidades de moradias populares e deixava a população à sua própria sorte (ZAPATA, 2013, p. 107-110).

Essa conformação urbana é fruto da adoção de um modelo econômico excludente para a maioria dos residentes no centro de Lima, incapaz de prover critérios mínimos de planejamento habitacional e sustentabilidade (TAKANO; TOKESHI, 2007, p. 12-15). São áreas e populações legadas ao abandono, cuja falta de recursos de sobrevivência faz emergir economias informais, em grande parte imiscuídas na ilegalidade (da venda de produtos contrabandeados ou roubados ao tráfico de entorpecentes), e com grande incidência de criminalidade nessas áreas, tornando-se bairros perigosos.

Carecem ainda de serviços educacionais e de saúde. São espaços fundados na desigualdade, onde a “cidadania” como direito é um rasgo teórico, sendo-lhes imposto, sobretudo com a repressão das forças policiais, somente o cumprimento dos deveres. São a representação topográfica de um caldeirão de pólvora, sufocado pela violência estatal e prestes a explodir dadas as insatisfações crescentes.

Em 1961, havia 139 *pueblos jóvenes*, com uma população de 316.829 habitantes e uma taxa de crescimento anual de 9,84%. Em 1970, os *pueblos jóvenes* aumentaram para 273, com uma população de 761.755 habitantes. Na atualidade, Lima tem uma população de aproximadamente 2.000 *pueblos jóvenes*, onde vivem 2.623.000 habitantes, cerca de 31% da população metropolitana.

Entendendo a “etnografia de percurso” como um método que “envolve a observação, a participação, a descrição e o registro dos fenômenos do grupo social” (SILVA, 2018, p. 197), interessa em particular a relação dos residentes nos *pueblos jóvenes* com o espaço patrimonializado pesquisado. Sob esse aspecto, a etnografia de percurso realizada em Lima, em 2019, abrangeu além dos registros fotográficos, o caminhar pelas *calles* e elevações habitadas, a percepção dos gestos, expressões dos rostos, cheiros, barulhos e falas cotidianas da comunidade limenha.

Os problemas socioeconômicos e ambientais em Lima incluem os altos níveis de poluição do ar pelas emissões de poluentes provenientes da indústria e da grande frota de automóveis, principalmente no centro. Na indústria, que está concentrada principalmente na região metropolitana de Lima, há disposição inadequada de resíduos e baixa capacidade de tratamento de esgoto, gases residuais e dos resíduos. Durante um bom período do ano a cidade convive com a escassez de chuvas e um nevoeiro denso sem a paisagem de um céu azul. O contínuo clima seco em Lima deriva de correntes frias do Oceano Pacífico que ao encontrarem correntes quentes do continente, formam uma nuvem espessa muito baixa.

As secas prolongadas do rio Rimac e seu assoreamento com acúmulo de sedimentos e detritos resultantes da desmatação, construções desordenadas na precária infraestrutura urbana e falta de saneamento básico nos *pueblos jóvenes*, faz com que muitos desses residentes precisem recorrer à carros pipas para o fornecimento de água potável (fig. 4). A coletividade reúne a pouca disponibilidade orçamentária para a aquisição de água racionada para uso comum em cisternas ou tonéis plásticos de armazenamento.

As dificuldades, ocasionadas pela falta de comprometimento do Estado em solucionar tal situação, resulta em: a) água contaminada e vetor de doenças, principalmente nos mais vulneráveis (crianças e idosos), devido ao armazenamento e recipientes sem higienização adequada; b) pagamento de sobrevalor da água consumida, muito superior às contas remetidas aos bairros com canalização; c) dificuldades no acesso ao abastecimento das casas localizadas nas partes mais elevadas, uma vez que os carros pipas não sobem até a localidade e os moradores precisam carregar os tonéis de água até suas residências. As expressões de desânimo, tristeza e falta de esperança em um horizonte de vida melhor transparecem nos semblantes dos limenhos esquecidos pelas políticas públicas governamentais.

Sob esse aspecto de degradação urbana nos centros históricos e da qualidade de vida dos residentes de seu entorno, a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana de 2011 (p. 3), ressaltava que:

[...] uma urbanização rápida e descontrolada tende a resultar numa fragmentação social e espacial, bem como numa grave deterioração da qualidade do ambiente urbano e das áreas rurais envolventes. Nomeadamente, isto pode dever-se a uma excessiva densidade construtiva, uniformização e monotonia das edificações, perda de espaços públicos e equipamentos urbanos, inadaptação de infraestruturas, pobreza debilitante, isolamento social, e a um crescente risco de catástrofes naturais associadas às alterações climáticas.

A proposição do património urbano, tangíveis e intangíveis, como “um recurso essencial para melhorar a habitabilidade das áreas urbanas, promovendo o desenvolvimento económico e a coesão social num ambiente global em mudança” (UNESCO, 2011, p. 3) foi afiançada no mesmo documento.

No caso do centro histórico de Lima, se nota a ocorrência de um processo de “gentrificação” em torno da restauração das edificações patrimoniais e do favorecimento do comércio local. Ao invés de, como aconteceu em outros espaços urbanos, a população pobre ser expulsa para áreas mais distantes devido um novo quadro socioeconômico e cultural de moradores que passam a ocupar aquela região em razão de sua qualidade estética e valorização imobiliária, o que se tem é um espaço ordenado em função dos interesses dos proprietários de restaurantes, escritórios de empresas, lojas e demais segmentos de oferta de serviços e produtos. Em grande parte, os investidores são imigrantes europeus ou descendentes destes que residem nos bairros prósperos como Miraflores, Barranco, San Isidro ou San Miguel. As populações afrodescendentes ou de povos originários das serras andinas que migraram para a cidade vivem em condições de subemprego ou desemprego. São estes que compõem grande parte dos residentes dos *pueblos jóvenes*.

As regulamentações urbanas são moldadas de acordo com as necessidades dos grandes investidores, para que tenham as melhores condições e os negócios projetados possam extrair a maior quantidade de mais-valia da terra (DELGADILLO, 2015 *apud* ROMÁN, 2018, p. 20).

A requalificação urbana dos centros das cidades pela preservação e valorização do patrimônio histórico quando não se compromete de forma ética e

responsável em políticas de inclusão socioeconômica e cultural dos residentes, termina com uma geração de emprego (que na verdade são subempregos com baixos salários) e renda (muitas vezes advindas da informalidade sem garantias trabalhistas e propensas à ilegalidade) muito mais excludente sob o véu do desenvolvimento enquanto polo de atração turística. Ou, usualmente ainda faz com que parte dessa população, mesmo “empregada”, exerça seu ofício nos bairros mais abastados da cidade, mantendo a residência no centro histórico apenas como dormitório.

A participação de capital misto no centro de Lima contribui para a manutenção e conservação das edificações, mas ao mesmo tempo promove a especulação comercial ocasionando a expulsão dos residentes para os *pueblos juvenes* em um processo de favelização com condições de vida precária em pleno centro histórico.

Leite (2010) ao tratar de espaços enobrecidos e de suas segregações territoriais chama a atenção para as brechas que flexibilizam as ordenações urbanas em usos dissonantes na reflexão articulada por Certeau, Derrida e Deleuze compreendendo

[...] o cotidiano como práticas que refletem as relações de poder existentes poder-se-ia explicar como a vida cotidiana se mantém, mesmo com a forte presença de sociabilidades públicas fragmentadas em um espaço urbano marcado pelas reivindicações da diferença (LEITE, 2010, p. 750).

Às segregações do espaço físico se imiscuem as exclusões de origem étnica contra os povos originários andinos, afroperuanos, além dos chineses, sendo os direitos de “soberania” e “cidadania” conferidos prioritariamente aos residentes de ascendência europeia (OBOLER, 2015, p. 18).

Isto posto que o racismo não deve ser jamais visto como uma relação “natural” entre grupos distintos, mas uma “construção sociocultural” que visa assegurar privilégios de ocupação territorial, domínio político e crescimento socioeconômico aos grupos brancos. É, pois, uma “construção sociocultural” porque se utiliza dos “recursos da memória e do esquecimento para definir na

coletividade a hierarquia dos acontecimentos e interpretações do passado” (POLLOK, 1989, p. 8). Assim, os monumentos, as simbologias dos quais são impregnados, o ensino de História nas escolas e livros, a ocupação urbana, tudo perfaz os liames do propósito de sujeição dos outros, dos diferentes.

No Peru, e em Lima, especificamente, se constituiu um discurso de “desaparecimento de negros e indígenas” em decorrência da “mestiçagem”. Até mesmo o “branco” foi ofuscado nessa concepção onde o “*cholo*” é o trabalhador, a essência da capital, o modelo de progresso e cidadania (OBOLER, 2015, p. 55-56). Todavia, “*como grupo, los afroperuanos figuran consistentemente de manera negativa en el imaginario social*”, assegura Oboler (2015, p. 62). Ou seja, há uma deliberada tentativa de “esquecimento” e construção da memória de uma redução significativa da “imagem de prejuízo racial” no Peru.

Juan Carlos Callirgos (2015, p. 86), em suas pesquisas sobre o racismo no Peru, contesta a versão de que este teria se originado somente no século XIX. Para o autor, o racismo está presente desde o processo colonizador espanhol quando os europeus se posicionaram com um “sentimento de superioridade” em relação aos índios americanos, fundamentado na religião católica e em um forte etnocentrismo. Afirmar ainda que a “mestiçagem” tão proclamada, é consequência de relações pouco simétricas que coincidiam dominação de gênero com racial, na qual homens de maior status (setores médios espanhóis) se relacionavam com mulheres de setores baixos (costureiras, lavadeiras, escravizadas).

O racismo estrutural e as hierarquias socioeconômicas são desafios a serem assumidos não somente pela gestão pública e instituições educacionais, mas fundamentalmente pela luta das comunidades negras que residem e cada vez mais articulam-se em coletivos para o atendimento de suas demandas por inclusão, reconhecimento de seu valor, combate à violência estatal e abertura de oportunidades.

As condições de segregação, desemprego, poluição do patrimônio natural (rios e mangues), especulação imobiliária e mobilidade urbana são problemáticas que envolvem processos de urbanização que ocorreram sem um planejamento de acesso igualitário de qualidade de vida, situação que agora demanda lutas para sua correção “no meio da jornada” de existência da cidade-patrimônio. Lima ainda tem como ponto desfavorável os sismos que de tempos em tempos promovem mortes e destruição nas cidades, principalmente nas áreas com habitações construídas de forma mais frágil.

Funari e Pelegrini (2009, p. 35) abordaram as medidas de controle urbano de edificações em Cusco, Lima e Buenos Aires, na década de 1970, via regulamentações, seguindo as experiências de sucesso na Europa. A recuperação de fachadas dos prédios nos centros históricos orientada pela Carta de Machu Picchu (1977), no entanto, estava muito mais voltada para um embelezamento estético do que na promoção da qualidade de vida dos habitantes.

Mesmo as políticas de requalificação urbana do centro de Lima nos anos de 1990 não incluíram políticas habitacionais e desenvolvimento sustentável. A especulação imobiliária e a gentrificação no compasso da requalificação das praças e monumentos públicos resultou em um comportamento contemplativo com padrões burgueses de uso da cidade (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 38-39).

Mas se antes era a agenda dos estados que controlava a condução do processo de patrimonialização, na atualidade as contestações e proposição de outras agendas tensionam os ambientes com espaços patrimonializados pela UNESCO. Conforme afirmou Salcedo (2019, p. 11) “o coração do centro histórico está na habitação; é nela que emana a vida, o cotidiano, onde moram as pessoas que vivenciam e cuidam deste espaço ao longo do dia”. Posto que o patrimônio cultural não cumpre seu papel de memória coletiva e social se os seus projetos estéticos de salvaguarda não convergem para a melhoria da qualidade de vida do patrimônio humano que nele habita.

A superação dos problemas identificados em centros históricos com patrimônio cultural da humanidade na América Latina não será realizada de forma consensual à priori, pois existem distintos interesses políticos, socioeconômicos e étnicos em jogo em ambos os espaços. Trata-se de uma arena de disputas de poder, onde circulam questões de classe e acumulação capitalista, identidades plurais em conflito com projetos de hegemonia de quem detêm legitimidade institucional. Todavia, não há mais tempo para paralisias ou invisibilidades, uma vez que as gerações mais jovens pressionam as gestões das cidades para serem ouvidas e vistas em suas demandas, o que é muito positivo. Sua apreensão do patrimônio cultural urbano perpassa a sua participação ativa na conservação, valorização, escolha e benefícios advindos deste.

3. Considerações Finais

A Paisagem Histórica Urbana defendida pelo IPHAN e pela UNESCO como princípio norteador da cultura dos povos favoreceu o estabelecimento de projetos de conservação de uma cultura branca, letrada, de matriz europeia e mantenedora de modelos de exclusão nas cidades latino-americanas.

Se a chancela de patrimônio mundial concede visibilidade e atrai o turismo e um potencial insumo econômico para o desenvolvimento dos povos, a divisão dos benefícios e privilégios advindos destes se manteve aprisionada em hierarquias sociais, econômicas, políticas e intelectuais ao longo do século XX.

A população residente nos centros de cidades com patrimônio mundial reconhecido foi empurrada para a precariedade de habitações periféricas, sem infraestrutura adequada, atendimento de serviços básicos e condições de dignidade humana, fazendo emergir revoltas, conflitos, depredações e reivindicações.

A consciência de que o patrimônio também lhe pertence e que sua história e identidade podem se perpetuar através de seu protagonismo na mediação das decisões sobre as escolhas de qual herança preservar e na construção de narrativas que contextualizem, problematizem e fomentem pensamentos críticos, democráticos

e decoloniais têm emanado de jovens em países latino-americanos, principalmente de povos originários e ancestralidade africana.

Mais do que discutir o patrimônio cultural em suas memórias, homenagens e monumentos cívicos como “patriotismo nacional”, situá-los nas cidades em suas contradições e perceber as redes de usos alternativos, flexíveis e sociabilidades variadas, expectativas e conexões com a economia, com a tecnologia, com a diversidade cultural, étnica, além da preocupação com o meio ambiente, potencializa uma urbanidade consciente que no futuro possa fazer mais bem do que o mal-estar que têm ocasionado nas pessoas.

REFERÊNCIAS

ALBÓ, Xavier. Ethnic Identity and Politics in the Central Andes. The Cases of Bolivia, Ecuador, and Peru. In: BURT, Jo-Marie; MAUCERI, Philip (Eds.). **Politics in the Andes**. Identity, conflict, reform. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2004, p. 17-37.

ANDRADE, Rita de Cássia Gregório de; SOARES, Maria Simone Morais. O centro histórico de Lima, Peru: novos usos da Rua Jirón de La Unión. **GeoTextos**. Salvador, v. 9, n. 2, dez. 2013, p. 27-56.

ANNA, Timothy. **La caída del gobierno real en el Perú**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1979.

CAMERON, Maxwell A.; MAUCERI, Philip. **The Peruvian Labyrinth**. Polity, Society, Economy. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1997.

CALLIRGOS, Juan Carlos. El racismo en el Perú. In: OBOLER, Suzanne; CALLIRGOS, Juan Carlos. **El racismo peruano**. Debate a partir del conversatorio: “Racismo y desigualdad en la historia del Perú”. Serie Diversidad Cultural 9. Lima: Ministerio de Cultura, 2015, p. 83-152.

CUADROS, Manuel Rodríguez. La preservación y protección del patrimonio cultural del Perú en el marco de la Convención del Patrimonio Mundial. **Turismo y Patrimonio**. Lima, n. 12, 2018, p. 39-76. Disponível em: <https://doi.org/10.24265/turpatrim.2018.n12.03>. Acesso em: 15 mai. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GIRALDEZ, Elia Saez; CALDERON, José Garcia; PENA, Fernando Roch. La ciudad desde la casa: ciudades espontáneas en Lima. **Revista INVI**. Santiago, v. 25, n. 70, p. 77-116, dic. 2010. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-83582010000300003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2021.

GUERRA, Margarita. **Historia General del Perú**. La República Aristocrática. Tomo XI. Primera Edición. Lima, Perú: Editor Carlos Milla Batres, 1984.

HIGGINS, James. **Lima**. A Cultural History. New York/Oxford: Oxford University Press, 2005.

INEI. **Información y Población de Políticas para la Pobreza Sociales**. Compendio Estadístico. Lima, 1995.

INEI. **Región Lima**. Resultados definitivos (Censo 2017). Tomo I. Lima, 2018.

KLARÉN, Peter F. **Peru: Society and Nationhood in the Andes**. New York/Oxford: Oxford University Press, 2000.

KLARÉN, Peter F. **Historical Dictionary of Peru**. Maryland: Rowman & Littlefield, 2017.

LEITE, Rogerio Proença A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Dados - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 2010, pp. 737-756.

LIZARZABURU, Javier. Lima milenaria: una propuesta para una ciudad sin memoria – el caso de Carabayllo. In: BONNET, Eric; SOULAGES, François; TAZZA, Juliana Zavallos (Eds.) **Memoria territorial y patrimonial**. Artes & Fronteras. Lima: Universidad Nacional de San Marcos Fondo Editorial, 2014, p. 115-126.

MELLO, Janaina C. de. Democracia em crise: a política do caos no Peru contemporâneo em meio à potência cultural. **Em Tempo de Histórias**. Brasília, v. 1, n. 38, 2021, p. 88-110. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/36878>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MINISTERIO DE CULTURA DO PERU. **Plano del Centro Histórico de Lima**. Disponível em: <https://patrimoniomundial.cultura.pe/sites/default/files/pm/pdf/PE-500bis%20Lima%20WGS84-Model.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MUNICIPALIDAD DE LIMA METROPOLITANA. **Ordenanza nº 062/1994**. Reglamento de la Administración del Centro Histórico de Lima. Disponível em:

<http://www.transparencia.munlima.gob.pe/images/descargas/licencias-de-funcionamiento/legislacion/25-ORDENANZA-062-MML.pdf>, acesso em: 20 de jul. 2021.

OBOLER, Suzanne. El mundo es racista y ajeno. Orgullo y prejuicio en la sociedad limeña contemporánea. In: OBOLER, Suzanne; CALLIRGOS, Juan Carlos. **El racismo peruano**. Debate a partir del conversatorio: “Racismo y desigualdad en la historia del Perú”. Serie Diversidad Cultural 9. Lima: Ministerio de Cultura, 2015, p. 45-81.

OBOLER, Suzanne. Raza etnia, nación y ciudadanía en el imaginario de las Américas. In: OBOLER, Suzanne; CALLIRGOS, Juan Carlos. **El racismo peruano**. Debate a partir del conversatorio: “Racismo y desigualdad en la historia del Perú”. Serie Diversidad Cultural 9. Lima: Ministerio de Cultura, 2015, p. 15-43.

POLLOK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15, Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 22 ago. 2021.

RÍOS, M. Casaverde. **El Terremoto de Ancash y el alud aluvión del nevado Huascaran**. Lima: INDECI, 1992. Disponível em: <http://bvpad.indeci.gob.pe/doc/pdf/esp/doc1992/doc1992-contenido.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

ROBERTS, Kenneth M. **Deepening Democracy? The Modern Left and Social Movements in Chile and Peru**. Stanford, California: Stanford University Press, 1998.

ROMÁN, Krishtian R. **Gentrificación en el centro histórico de Lima, teorías contextualizadas**. Disertación de Máster en Planificación Territorial y Gestión Ambiental. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2019.

SALCEDO, Rosio Fernández Baca. **Análise crítica das obras envolvendo os diálogos da habitação social em centros históricos**. Tese de Livre-Docência em Patrimônio Arquitetônico e Urbano. Bauru, SP: UNESP, 2019.

SCHÖNWÄLDER, Gerd. **Linking Civil Society and the State: Urban Popular Movements, the Left, and local government in Peru, 1980-1992**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002.

SILVA, Antonio L. da. O método etnográfico: uma reflexão a partir de Catingueira – PB. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 11, n. 2, jul./dez. 2018, p. 191-209.

TAKANO, Guillermo; TOKESHI, Juan. **Espacio público en la ciudad popular: reflexiones y experiencias desde el Sur**. Serie Estudios Urbanos, n° 3. Lima: DESCO, 2007.

UNESCO. **Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana**. Paris, Trad. UNESCO Portugal, 2011, p. 1-10. Disponível em: https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf. Acesso em: 22 ago. 2021.

UNESCO. **World Heritage List**. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

ZAPATA, Antonio. Sociedad y desarrollo urbano: Lima 1900-1980. In: MAZURÉ, Johanna H. (Ed.). **Lima: Espacio Público, Arte Y Ciudad**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2013, p. 91-112.